

## O NOVO GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA HÍBRIDA NA LÍBIA

Maria Francisca Saraiva

A deposição de Muamar Kadafi em 2011 conduziu a Líbia a uma situação de caos e violência generalizados que permaneceu até aos dias de hoje sem melhorias significativas.

Podem considerar-se dois períodos distintos na análise da situação estratégica líbia após a deposição do regime de Kadafi. O primeiro período caracterizou-se pelo afastamento do líder líbio pela força das armas, a ascensão ao poder do Conselho Nacional de Transição e a constituição de um governo provisório e de um parlamento. Na segunda fase, a partir de 2014, assiste-se a uma nova guerra civil na Líbia, marcada por uma degradação do ambiente de segurança e um agudizar das violações de direitos humanos.

No essencial e neste artigo, interessa-nos analisar o complexo quadro de violência fragmentada que hoje se observa na Líbia, um tipo de violência que, na verdade, não está relacionada com nenhuma disputa política ou ideológica fundamental. Este facto é, do nosso ponto de vista, uma dimensão que não pode ser esquecida na análise do acordo, recentemente alcançado, para a criação de um novo Governo de Unidade Nacional na Líbia.

# O NOVO GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA HÍBRIDA NA LÍBIA

**Maria Francisca Saraiva**

Professora Auxiliar do ISCSP-UL. Investigadora do IDN.

## Introdução

A deposição de Muamar Kadhaifi em 2011 conduziu a Líbia a uma situação de caos e violência generalizados que permaneceu até aos dias de hoje sem melhorias significativas.

Podem considerar-se dois períodos distintos na análise da situação estratégica líbia após a deposição do regime de Kadhaifi. O primeiro período caracterizou-se pelo afastamento do líder líbio pela força das armas, a ascensão ao poder do Conselho Nacional de Transição e a constituição de um governo provisório e de um parlamento. Na segunda fase, a partir de 2014, assiste-se a uma nova guerra civil na Líbia, marcada por uma degradação do ambiente de segurança e um agudizar das violações de direitos humanos.

O Direito Internacional Humanitário caracteriza a atual situação na Líbia como um Conflito Armado Não Internacional (CANI), entendido como conflito entre forças governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos, aplicando-se as disposições do Artigo 3.º comum às Convenções de Genebra e a definição prevista pelo Artigo 1.º do Protocolo Adicional II. Todavia, certos aspetos estratégicos do conflito líbio escapam à classificação de Conflito Armado Não Internacional. No essencial, interessa-nos analisar o complexo quadro de

violência fragmentada que hoje se observa na Líbia, um tipo de violência que, na verdade, não está relacionada com nenhuma disputa política ou ideológica fundamental (Briscoe, 2015). Este facto é, do nosso ponto de vista, uma dimensão que não pode ser esquecida na análise do acordo, recentemente alcançado, para a criação de um novo Governo de Unidade Nacional na Líbia.

## O Eclodir da Guerra Civil

Nos anos de 2014/2015 houve uma degradação significativa da situação estratégica líbia, com a eclosão de hostilidades armadas no leste, oeste e sul do país (OHCHR, 2016). Outro acontecimento estratégico de grande importância foi o aparecimento, em finais de 2014, de grupos alegadamente leais ao ISIS, compostos por líbios que regressaram da Síria, maioritariamente localizados em Derna, Sirtre e Benghazi (OHCHR, 2016).

Quando o Conselho Nacional de Transição assumiu o poder não existiam na Líbia instituições estatais, partidos políticos, ou um sistema judicial a funcionar. Para além desta dificuldade, os "grupos armados revolucionários" que depuseram Kadhaifi não foram integrados, como esperado, no frágil exército nacional ou na força de polícia nacional. Nesse sentido, a ausência de forças armadas e policiais capazes de desempe-

nhar um papel securitário levou o novo governo central a patrocinar a atuação de milícias, numa tentativa de impor a ordem no território, sem sucessos que se possam assinalar (Saraiva, 2014).

As eleições para o novo parlamento líbio, em junho de 2014, realizaram-se, portanto, num ambiente de grande violência. Na verdade, poucos meses depois de ter sido eleito o novo parlamento, dominado por partidos islamitas, foi forçado a deixar a capital, Trípoli. A Operação "Dignidade", lançada pelo general Khalifa Haftar, "suspendeu" o parlamento dando origem a dois. Um novo parlamento líbio, a câmara dos representantes, ficou sediado em Tobruck, no leste do país. Os islamitas, por seu lado, mantiveram a sua própria legislatura alternativa em Trípoli, que não é reconhecida pela comunidade internacional.

A par da existência de estruturas governativas paralelas, grupos armados gerem, em várias zonas do país, centros de detenção, nalguns casos com autorização dos ministérios da defesa, da justiça ou da administração interna. Em nenhum destes casos os ministérios têm controlo efetivo do que se passa nesses campos. Existem também numerosos centros de detenção geridos por milícias que não são tuteladas formal ou informalmente pelas autoridades centrais. Tendo em conta a necessidade de ultrapassar este impasse, as Nações Unidas patrocinaram um acordo político, assinado em 17 de dezembro de 2015, prevendo a formação de um Governo de Unidade Nacional, mas a questão que envolve os dois governos que reivindicam a legitimidade (das urnas) e o controlo do país permanece por resolver, com o chamado governo de Trípoli apoiado, como referido, por uma coligação de milícias islâmicas, muito reticente à instalação do Governo de Unidade Nacional na capital e o governo de Tobruck igualmente dividido quanto à necessidade de transferir o poder para o novo governo.

## O Novo Governo de Unidade Nacional e a Violência Híbrida

O Governo de Unidade Nacional líbio tem como prioridade política a promoção da unidade nacional do povo líbio e a contenção da ameaça jihadista. No entanto, o jihadismo, sendo um fenómeno incontornável na Líbia, não deve ser visto como o eixo central da disputa estratégica na Líbia. Como afirma Tabib (2014), a visão de que na Líbia existe uma luta entre islamitas e forças seculares é bastante falaciosa.

Na Líbia coexistem inúmeras fações tribais, grupos políticos, forças ideológicas e grupos criminosos movidos por lógicas muito distintas. O número de grupos armados na Líbia tem vindo a aumentar dramaticamente nos últimos anos, sendo observáveis frequentes realinhamentos das alianças celebradas entre fações armadas e fraturas constantes no interior dos grupos armados. Há, no entanto, aspetos no panorama estratégico líbio que reúnem consenso, como a ideia de que existe uma crescente predação de recursos e uma política generalizada de erradicação de oponentes. De facto, ao longo dos últimos anos assistimos a uma criminalização dos grupos armados com diluição do seu carácter político e acentuação do carácter predatório das suas ações, a que não é alheia a abundância de armas à disposição da população (Briscoe, 2015).

Na Líbia o Estado delegou ou entregou parcialmente o monopólio da violência legítima a atores privados, essencialmente milícias. Também delegou, como se disse, a manutenção da lei e da ordem, bem como a proteção de locais estratégicos. As pessoas que desempenham estas tarefas recebem compensações económicas e logísticas pelo seu trabalho.

A violência na Líbia caracteriza-se por um crescente hibridismo entre violência criminosa, política e social (Krause, 2012; Adams, 2014). A

ausência do Estado dá oportunidades a organizações criminosas que chegam a controlar porções significativas de território e que se dedicam ao tráfico de droga, de armas e de migrantes (Gallet, 2015). Os fenómenos violentos não relacionados com nenhuma disputa política ou ideológica fundamental trazem à colação o papel do Estado na política líbia, no sentido em que este não se assume, necessariamente, como um Estado inimigo dos grupos armados. O que a situação política na Líbia mostra é a emergência de centros de poder locais (Lacher, 2012), a sobreposição de vários conflitos e atores envolvidos, e a inserção dos conflitos líbios num quadro internacional mais vasto e igualmente complexo. Para os poderes seculares da região, a Líbia deve constituir-se como o bastião de resistência aos avanços do jihadismo global. Os governos do Egipto, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos apoiam o governo de Tobruck enquanto o governo de Trípoli tem como aliados o Qatar, o Sudão e a Turquia. Finalmente, a instabilidade do flanco sul amplia o problema líbio atingindo a região do Sahel, na medida em que Fezzan se tornou refúgio de bandos armados de diferentes proveniências e conflitos regionais (Gallet, 2015).

Deste modo, nenhum dos dois governos tem o controlo efetivo de uma porção contínua de território nem uma administração fiável. Ambos são impopulares junto da população e ambos têm dificuldades em aceitar sem reservas o novo Governo de Unidade Nacional. Como referido, o governo de Trípoli e o parlamento opuseram-se firmemente à instalação do Governo de Unidade Nacional na capital. Notícias recentes dão conta de que o parlamento terá entretanto decidido transferir o poder para o novo governo, embora subsistam informações contraditórias sobre o assunto (BBC, 2016). A câmara dos representantes, ligado ao governo de Tobruck, também falhou mais de que uma

vez a aprovação da nova solução governativa. Finalmente, em 25 de janeiro de 2016 aprovou condicionalmente a transferência, mostrando reservas quanto à transferência do poder militar e ao papel de Haftar no processo (Stratfor, 2016). Haftar é, sem dúvida, o político mais controverso na atual cena política líbia. Finalmente, alguns observadores entendem que o acordo negociado pelas Nações Unidas (UNSMIL, 2015) não conseguiu envolver fações que, no terreno, são cruciais para o sucesso do acordo. O sucesso do plano depende, assim, da colaboração dos dois governos e do apoio destas fações armadas. Por outro lado, o regime de Kadhafi suprimiu toda e qualquer estrutura intermédia de mediação entre o governo e a população, o que explica a ausência de tradição de negociação ou compromisso na resolução dos conflitos das partes envolvidas no conflito. Assim, são muitas as interrogações sobre a capacidade do acordo celebrado: fazer frente ao Daesh, estancar os fluxos de migrantes no Mediterrâneo, normalizar a venda de petróleo e, sobretudo, unir os líbios sob a tutela do Estado.

## Conclusão

O acordo para a constituição de um Governo de Unidade Nacional celebrado em finais de 2015 procura resolver o problema da existência de dois governos e de parlamentos paralelos na Líbia, em prol da unificação nacional contra a ameaça jihadista que assola a Líbia. Neste texto, procurámos mostrar que, na Líbia, o crescente hibridismo entre violência criminosa, política e social se encontra intimamente relacionado com a falta de legitimidade das duas administrações centrais junto da população líbia e das numerosas milícias armadas que operam no país. As tensões entre islamitas e forças seculares são, por isso, elementos secundários na análise dos

muitos conflitos que se desenrolam na Líbia. Sem tradição de Estado, a emergência de numerosos centros de poder locais após a deposição de Kadhafi, a sobreposição de vários conflitos internos e o forte envolvimento de atores regionais e extrarregionais na questão líbia são fatores que conduziram o país à situação em que se encontra atualmente.

Apesar da entrada recente em funções do novo governo, a Líbia continua em guerra e com dois governos com fraca legitimidade popular. Por outro lado, o fraco envolvimento na solução governativa de atores que no terreno são elementos cruciais para o sucesso do acordo é outro aspeto que, do nosso ponto de vista, pode por em causa a viabilidade do acordo alcançado para a criação de um novo Governo de Unidade Nacional na Líbia. Deste ponto de vista, pode dizer-se que o futuro da Líbia continua em aberto, apesar de todos os esforços internacionais para encontrar uma solução duradoura, o que mostra o quão difícil é criar um Estado numa zona onde nunca houve, de facto, um Estado.

## Referências Bibliográficas

Adams, T. M., 2014. *Chronic Violence and Non-Conventional Armed Actors: A Systemic Approach*. NOREF Report September. Oslo: NOREF, p. 11. Disponível em [https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Adams\\_NOREF\\_Chronic%20Violence\\_SEPT\\_NY%20FINAL.pdf](https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Adams_NOREF_Chronic%20Violence_SEPT_NY%20FINAL.pdf).

BBC, 2016. Libya's Tripoli Government to Step Down. *BBC* [online] 5 April. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-africa-35974641> [Acedido em 23 de maio de 2016].

Briscoe, I., 2015. *A Violent Compound: Competition, Crime, and Modern Conflict*. NOREF Report November. Oslo: NOREF, p. 14. Disponível em <https://www.clingendael.nl/sites/default/>

<files/A%20violent%20compound.pdf>.

Gallet, A., 2015. Les Enjeux du Chaos Libyen. *Politique Étrangère*, Vol.2, pp.99-111.

Krause, K., 2012. Hybrid Violence: Locating the Use of Force in Postconflict Settings. *Global Governance*, Vol. 18, No. 1, January-March, pp. 39-56.

Lacher, W., 2012. The Libyan Revolution and the Rise of Local Power Centres, in *IEMed Mediterranean Yearbook Med. 2012*. Barcelona: European Institute of the Mediterranean (IEMed), pp.167-170.

OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights), 2016. *Investigation by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights on Libya: Detailed Findings*, A/HRC/31/CRP.3, 15 February 2016. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General. *OHCHR* [online], p. 95. Disponível em [http://www.ohchr.org/Documents/Countries/LY/A\\_HRC\\_31\\_CRP\\_3.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Countries/LY/A_HRC_31_CRP_3.pdf).

Saraiva, F., 2014. A Líbia Pós-Kadhafi: Geografia, Segurança e Direitos Humanos. *IDN Brief*, julho, pp.11-14. Disponível em [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_julho2014.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_julho2014.pdf).

Stratfor, 2016. The Libyan Intervention: Clashes Continue, Regionally and Locally. Stratfor, May 4.

Tabib, R., 2014. *Stealing the Revolution: Violence and the Predation in Libya*. NOREF Report October. Oslo: NOREF, p. 10. Disponível em [https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Tabib\\_Clingendael\\_NOREF\\_Stealing%20the%20revoulution\\_Violence%20and%20predation%20in%20Libya\\_October%202014.pdf](https://www.clingendael.nl/sites/default/files/Tabib_Clingendael_NOREF_Stealing%20the%20revoulution_Violence%20and%20predation%20in%20Libya_October%202014.pdf).

UN Security Council, 2016. Consultations on the Establishment of a Government of National Accord in Tripoli, Libya. *What's in Blue* [online], WED 6 APR 5:29 PM. Disponível em <http://www.whatsinblue.org/2016/04/consultations-on-the-establishment-of-a-government-of-national-accord-in-tripoli-libya.php>

UNSMIL (United Nations Support Mission in Libya), 2015. *Libyan Political Agreement as Signed on 17 December 2015*. UNSMIL [online], p. 31. Disponível em <https://unsmil.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=miXuJYkQAQg%3D&tabid=3559&mid=6187&language=fr> [Acedido em 27 de Maio de 2016].